



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA CLAUDIA RODRIGUES

**AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS NEGATIVOS**

(Monografia)

Campina Grande – PB
Julho - 2014

ANA CLAUDIA RODRIGUES

**AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS NEGATIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dr^a Francisca Pereira Salvino.

Campina Grande – PB

Julho – 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R696a Rodrigues, Ana Claudia

Avaliação de ensino e aprendizagem e avaliação de desempenho educacional [manuscrito] : contribuições e aspectos negativos / Ana Claudia Rodrigues. - 2014.

35 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino,
Departamento de Pedagogia".

1. Avaliação de Ensino 2. Aprendizagem 3. Desempenho
Educativo I. Título.

21. ed. CDD 371.27

ANA CLAUDIA RODRIGUES

**AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DE
DESEMPENHO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES E
ASPECTOS NEGATIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito para a
obtenção do título de Graduada em
Pedagogia na Universidade Estadual da
Paraíba, sob a orientação da Profª Drª
Francisca Pereira Salvino.

Aprovada em 22/07/14

Banca Examinadora

Francisca Pereira Salvino

Profª Drª Francisca Pereira Salvino
Orientadora

Valdecy Margarida da Silva

Profª Drª Valdecy Margarida da Silva
1ª examinadora

Vágda Gutemberg Gonçalves Rocha

Profª Drª Vágda Gutemberg Gonçalves Rocha
2ª examinadora

Campina Grande/PB
Julho/2014

Dedico essa conquista a Deus, que sempre esteve comigo em cada momento, concedendo-me saúde, força e graça durante toda a trajetória; aos meus pais e meu irmão, pelo apoio e ajuda durante todo o percurso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado força, graça e perseverança durante todo o percurso para a conquista de mais uma vitória.

Aos meus pais, irmão e irmãs pelo apoio, incentivo e colaboração nas horas em que necessitei.

Aos professores, que no decorrer de cinco anos me ensinaram muito.

À minha professora e orientadora Francisca Pereira Salvino, pela orientação e apoio para elaboração desse trabalho.

À escola em que realizei a pesquisa e às professoras que participaram respondendo gentilmente ao questionário, de modo a contribuir para elaboração desta monografia.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, participaram desta importante etapa, contribuindo para realização de um sonho.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir a avaliação de ensino e aprendizagem e a avaliação de desempenho educacional, tema alvo de constantes discussões no âmbito da educação, que motiva polêmicas, tensões e inquietações constantes. Trata-se de um aspecto importante, pois ajuda a perceber a prática, revelando se esta precisa ser melhorada no decorrer do processo de ensino de aprendizagem. A avaliação contínua e formativa é necessária, porém, a prática instrumentos como testes acabam sendo necessários para uma avaliação diagnóstica mais ampla que oriente as políticas educacionais. Na perspectiva de refletir mais detidamente sobre a temática e seus desafios, este trabalho objetiva analisar o que pensam três professoras a respeito da avaliação de ensino e aprendizagem e da avaliação de desempenho de estudantes, através da Prova Brasil, enfatizando suas contribuições e aspectos negativos. Para a reflexão, nos baseamos em teóricos como Romão (1998), Demo (1998), Hadji (2001), Leite (2003), Esteban (2003), Veiga (2005), Saviani (2007), entre outros. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso, realizado em uma escola pública do município de Itambé/PE. Conclui-se que a avaliação defendida por teóricos da atualidade e praticada na escola pesquisada, segundo as professoras entrevistadas, é a contínua ou processual, que promove o aluno sem a utilização de testes classificatórios. Os dois tipos de avaliação podem incluir ou excluir, vai depender de como elas se processam no ambiente da escola, pois a avaliação contínua com aprovação automática, por exemplo, pretende incluir o aluno de maneira a não julgá-lo ou desmotivá-lo, porém depreende-se que pode resultar numa falsa inclusão quando os alunos concluem o ensino fundamental sem adquirir habilidades mínimas de leitura, escrita e cálculo. De todo modo, a avaliação continua sendo de suma importância para o processo de formação do aluno.

Palavras-chave: Avaliação. Ensino. Aprendizagem. Desempenho. Promoção automática.

ABSTRACT

The present work if propose the discuss the evaluation of the teaching-learning and the evaluation of the performance educational, principal title of the constant discussions in the middle educational, that motive controversy, tensions and restlessness constant. It treats of a important aspect because help the perceive the practice, showing if this needs to be improved in the elapse of the process of the teaching of the learning. The evaluation continue and formative is necessary, however the practice of the instruments like tests finish being necessary to a evaluation diagnostic more large that orient the educational politics. In the perspective of the reflect more carefully about the thematic and theirs challengers, this work objective analyze the that think three teachers the respect of the evaluation of the teaching and learning and of the evaluation of the student's performance, through of the Brazil prove, emphasizing theirs contributions and negative aspects. To a reflect, we have based in theoretical like Romão (1998), Demo (1998), Hadji (2001), Leite (2003), Esteban (2003), Veiga (2005), Saviani (2007), among others. The searching was developed from a study of case, realized in a public school of the city of the Itambé/PE. It concludes that the evaluation defended by theoretical of the actuality and practiced in the searched school, second the teachers interviewed, is the continue or procedure, that promote the student without the utilization of classificatory tests. The two types of the evaluation can include or exclude, it goes depend of like them if process in environment of the school, however the evaluation continue with automatic approval, by example, it wants include the student of the manner the not judge him or demotivate, however inferred that can result in a inclusion false when the students conclude the fundamental teaching without acquire abilities minimum of the reading, writing and calculation. Of every way, the evaluation continue being of great importance to the process of the formation of the student.

Key – words: Evaluation. Teaching. Learning. Performance. Automatic promotion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 REPENSANDO OS SIGNIFICADOS DE AVALIAÇÃO	10
1.1 A polissemia do termo avaliar	10
1.2 Sistemas de avaliação	13
1.3 Avaliação e promoção automática	16
1.4 Avaliação e inclusão/exclusão	18
2 AVALIAÇÃO E PROCESSOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO: O CASO DE UMA ESCOLA DE ITAMBÉ/PE	21
2.1 O campo empírico e o percurso da pesquisa.....	21
2.2 Importância e concepções de avaliação para as professoras.....	22
2.3 Como a avaliação se processa na escola	24
2.4 Reação dos alunos diante das avaliações	25
3 CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS NEGATIVOS DAS AVALIAÇÕES	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

Diferentes concepções de avaliação da aprendizagem estão sendo veiculadas nos processos educativos. Essas concepções são alvo de discussões constantes, o que tem mantido o campo de estudos, os ambientes escolares e os espaços de definição das políticas educacionais ricos em produções, iniciativas e proposições, mas também em conflitos, equívocos, divergências e incongruências. No caso específico da avaliação, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDB) que instituiu a organização curricular em Ciclos de Formação e deu notoriedade aos sistemas de avaliação de desempenho dos estudantes, a avaliação tem tornado a educação ainda mais problemática, tensa e desafiante.

Na perspectiva de refletir mais detidamente sobre a temática e seus desafios, este trabalho objetiva analisar o que pensam os professores a respeito da avaliação de ensino e aprendizagem e da avaliação de desempenho de estudantes, através da Prova Brasil, enfatizando suas contribuições e aspectos negativos. Nossa reflexão está baseada em teóricos como Romão (1998), Demo (1998), Hadji (2001), Leite (2003), Esteban (2003), Veiga (2005), Saviani (2007), entre outros.

A pesquisa foi realizada através de estudo de caso, em que se privilegia uma unidade significativa e um fenômeno particular. É importante destacar que, com o estudo de caso, objetiva-se colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado, indicando possibilidades para sua modificação. Por ocasião da pesquisa, foram aplicados questionários a três professoras do 5º ano do ensino fundamental, em uma escola localizada no município de Itambé, no estado de Pernambuco.

Embora o tema da avaliação esteja bastante presente em nosso dia a dia e seja foco de inúmeras discussões e estudos, não está esgotado, por tratar de um assunto inacabado, complexo e polêmico. Podemos afirmar que é um tema um tanto controverso, portanto, desafiante.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo fazemos uma reflexão sobre os significados da avaliação, destacando a polissemia do termo avaliar, os sistemas de avaliação, a promoção automática e a relação entre avaliação e inclusão/exclusão escolar. No segundo capítulo discorreremos sobre o campo empírico, o percurso da pesquisa, o que dizem as professoras da escola

pesquisada, sobre a importância de avaliar, o que elas entendem por avaliação, como a avaliação é realizada e como os alunos reagem quando são avaliados. No terceiro capítulo fazemos uma análise sobre as contribuições e aspectos negativos das avaliações, a partir da ótica das professoras.

1 REPENSANDO OS SIGNIFICADOS DE AVALIAÇÃO

1.1 A polissemia do termo avaliar

Embora presente em nossas vidas, de forma cotidiana e permanente, e de ser objeto de incontáveis estudos, o tema da avaliação continua inesgotável, inacabado, polêmico, complexo e desafiante, tanto em termos teóricos como práticos. O termo avaliar é polissêmico e, extremamente, contraditório. Sobre este tema, diferentes estudiosos se debruçam e discutem suas concepções, refletindo a avaliação como mero instrumento de mensuração e classificação dos/as alunos/as, ou como processo contínuo de verificação nos níveis de aprendizagens que subsidiam a formação de crianças, jovens e adultos.

Essa verificação pode ser aplicada, tanto nas dimensões mais amplas dos sistemas de ensino (municipais, estaduais e nacional) quanto nas dimensões mais restritas às salas de aula ou às pessoas individualmente; tanto em perspectiva objetiva quanto subjetiva. Segundo Romão (1998), há dois principais significados de avaliação, relacionados a duas concepções de educação e de mundo/sociedade antagônicas: positivista ou dialética. A visão positivista entende a sociedade como algo dado, e o sistema educacional, nessa perspectiva, está baseado em “verdades absolutas” e “padronizadas”. Na visão dialética, a sociedade é entendida como processo e a concepção de educação está preocupada com a formação e a transformação.

Conforme esse entendimento, as duas principais concepções de avaliação destacadas por Romão (1998) são a classificatória, ligada à visão de educação positivista e a contínua, ligada à visão dialética. A avaliação classificatória está baseada no julgamento de erros e acertos que levam os/as alunos/as a receberem premiações ou recompensas/castigos. Essa concepção preocupa-se, principalmente, com o tratamento técnico dos resultados, ou seja, preocupa-se com notas que indicam o desempenho obtido através de testes e provas, dentre outros instrumentos avaliativos, que verificam os níveis de aprendizagem de forma objetiva e mensurável. Nos dias atuais, existem muitos discursos que defendem uma avaliação contínua ou formativa, embora a avaliação apareça, muitas vezes, como classificatória, desconsiderando a finalidade da educação de formar integralmente

os indivíduos e não apenas instruí-los. Enguita (*apud* VEIGA, 2005, p. 155) analisa que, frequentemente, a avaliação é

operacional, manifestando-se como mecanismo de classificação, dificilmente contribuindo para o avanço, para o crescimento. A função classificatória da avaliação tem por efeito hierarquizar os alunos, estimular a competição, distribuir desigualmente as oportunidades escolares e sociais e assim sucessivamente.

Nessa linha de pensamento, a avaliação está voltada para instrumentos técnicos e classificatórios, restringindo a função da avaliação, meramente ao/a aluno/a, desconsiderando a necessidade de avaliação dos/as docentes e do processo de ensino e aprendizagem. Como afirma Zabala (1998, p. 172),

a avaliação é basicamente considerada como um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos.

A avaliação classificatória é considerada também quantitativa, quando não considera todo o processo da aprendizagem em dimensão ampla, mas apenas em termos de estatística, provas, testes e boletins com notas e/ou conceitos, na maioria das vezes expressos com letras. Esteban (2008, p.16) afirma que “[...]a avaliação quantitativa expressa, no âmbito escolar, a epistemologia positivista que conduz uma metodologia em que a manipulação dos dados tem prioridade sobre a compreensão do processo”. Segundo a autora, essa prática de avaliação, ao medir o conhecimento para classificar os alunos, acaba por isolar os sujeitos e dificultar o diálogo, além de reduzir os espaços de solidariedade e de cooperação, estimulando ainda a competição. Desse modo, essa prática não possibilita a interação entre os sujeitos, interferindo negativamente na aprendizagem, pois os instrumentos utilizados distanciam a professora, o objeto de conhecimento e o aluno.

A partir dessa compreensão, é possível afirmar que a avaliação classificatória predomina nos sistemas de avaliação quando são aplicadas provas que visam classificar os alunos, as escolas, os municípios e os estados, como por exemplo, a Prova Brasil. Ao se buscar romper com esse modelo positivista surge, então, a modalidade qualitativa da avaliação. De acordo com Esteban (2008, p.26):

...a avaliação qualitativa configura-se como um modelo de transição por ter como centralidade a compreensão dos processos, dos sujeitos e da aprendizagem, o que produz uma ruptura com a primazia do resultado característico do processo quantitativo.

Essa concepção tenta ir de encontro à modalidade de avaliação quantitativa, no entanto, segundo Esteban (2008) ainda continua sendo uma prática classificatória. Nos seus argumentos, as provas com questões objetivas passam a ser substituídas por questões mais abertas, instigando a reflexão dos estudantes e ainda, as notas são trocadas por conceitos. Algumas instituições até modificam as formas de elaboração das atividades avaliativas, contudo, mantêm a classificação através de notas ou mensuração do desempenho. No caso da substituição de notas por conceitos, o instrumento de avaliação passa a ser “a observação cotidiana das atividades realizadas e o registro sistemático da professora tornam-se procedimentos de avaliação” (ESTEBAN, 2008, p.28). Porém, para a autora, os conceitos continuam sendo uma forma de classificar os alunos, pois ainda o colocam numa hierarquia, atribuindo-lhes valores positivos ou negativos.

De qualquer modo, a avaliação qualitativa traz avanços na maneira de ver a prática de avaliar, não se limitando aos exames, posto que o/a avaliador/a deve observar continuamente o seu aluno, podendo adicionar aos conceitos informações relevantes sobre a aprendizagem de cada um, o que poderá favorecer o acompanhamento, principalmente no tocante às dificuldades identificadas. O sentido da qualidade, para muitos estudiosos, está associado aos sentidos da continuidade e da formação.

Os estudiosos referem-se, ainda, à perspectiva formativa, na qual a avaliação deve preocupar-se, essencialmente, com as formas de intervenção na formação dos cidadãos. Segundo Perrenoud (*apud* HADJI, 2001, p.20), é “formativa toda avaliação que auxilia o aluno a aprender e a se desenvolver, ou seja, que colabora para a regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo”. Nessa concepção, a avaliação não objetiva classificar ou medir o/a aluno/a, mas acompanhar sua aprendizagem, tendo como preocupação favorecer o desenvolvimento daquele que aprende. Hadji (2001) afirma ainda que a avaliação formativa implica, por parte do professor, flexibilidade e vontade de adaptação, de ajuste. Sendo assim, na realização do seu trabalho, o/a professor/a deve estar disposto a mudar seu planejamento, quando necessário, para atender às

capacidades e às dificuldades de aprendizagem dos/as alunos/as, buscando fazer as retificações necessárias.

Tomando como referência a avaliação formativa, não podemos deixar de considerar que o aluno deve ter acesso à educação não apenas para aquisição do conhecimento, mas para a formação da personalidade, de valores, da espiritualidade, ou seja, para sua formação enquanto ser humano, favorecendo seu desenvolvimento para a vida em sociedade. Dessa forma, a finalidade principal do ensino é, portanto, o desenvolvimento de todas as capacidades do indivíduo e não apenas as cognitivas.

Vale destacar que a avaliação é de suma importância para o processo educacional e que seus significados, funções e modalidades podem ser combinadas, de modo a proporcionar o maior número possível de informações acerca do desempenho dos sujeitos (estudantes e professores/as), dos processos, das instituições, dos sistemas. Necessariamente, um sentido não se contrapõe ou elimina outro, de modo que, mesmo uma avaliação objetiva e/ou em larga escala pode corroborar a formação integral dos sujeitos, como é possível ser contínua sem ser diária, pois a frequência depende das finalidades e da abrangência. A avaliação dos sistemas (escolas, redes estaduais e municipais etc), que tem por finalidade principal monitorar as políticas públicas de educação, também influencia na formação dos/as estudantes. A questão é indagar sobre as influências que exercem e como isto ocorre.

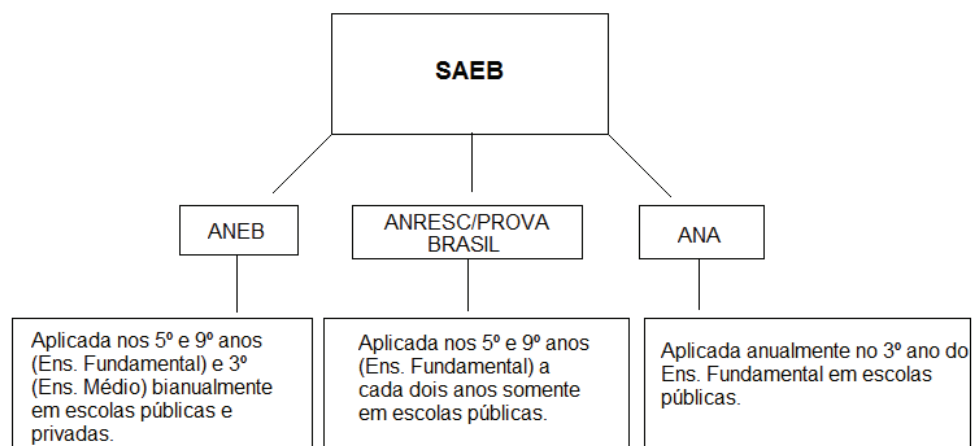
1.2 Sistemas de avaliação

A partir da década de 1960, começa a surgir a preocupação com a avaliação dos Sistemas de Ensino, que vem tomando espaço nas discussões de Políticas Públicas Educacionais no Brasil. Essas políticas de avaliação vem propor que se tenha dados sobre o rendimento escolar dos alunos, para que se possa buscar alternativas na superação dos altos índices de fracasso escolar na Educação Básica.

Na década de 1990, torna-se mais forte a preocupação com as avaliações de desempenho das redes de ensino, o que justificou a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do IDEB, no âmbito da Educação

Fundamental. O SAEB foi implantado a partir de 1993, pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de gerar e organizar informações sobre a qualidade e a eficiência da educação nacional. O SAEB é composto por três avaliações externas: a ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica), primeira avaliação feita pelo SAEB, a ANRESC/Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) integrada ao SAEB em 2005 e ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) implantada em 2013. A ANEB é aplicada no Ensino Fundamental, por meio de um processo de amostragem e vem avaliando o desempenho escolar dos alunos das redes públicas e privadas, matriculados na 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) e alunos do 3º ano do ensino médio, bianualmente. A Prova Brasil é aplicada aos alunos das 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do Ensino Fundamental, somente em escolas públicas, a cada dois anos. A ANA é uma avaliação aplicada a alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, com o objetivo de avaliar os níveis de alfabetização em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e de produzir indicadores sobre as condições de oferta do ciclo de Alfabetização das redes públicas. Além das provas, o SAEB é acompanhado de questionários contextuais, que se dirigem às escolas, aos diretores e aos professores, fornecendo informações sobre fatores socioeconômicos, com vistas a completar as informações obtidas com as provas e tornar mais eficientes as avaliações. No decorrer dos anos, vem-se discutindo o aperfeiçoamento do SAEB, buscando superar problemas técnicos, referentes ao tipo das provas, ao conteúdo dos seus itens e sua validade.

Figura 1- Sistema Nacional de Avaliação



Fonte: A autora, com base em Brasil (2013).

O SAEB está voltado para a avaliação da qualidade da educação, cujos índices de desempenho escolar ainda são muito baixos, o que tem motivado debates e proposições diversas. De acordo com Popkewitz e Lindblad (*apud* SANTOS, 2002), as estatísticas educacionais vêm servindo para identificar os problemas educacionais e a partir destes, propor e instituir políticas voltadas à minimização e/ou solução das mesmas. O Brasil ainda tem uma educação com sérios problemas. Os alunos não alcançam uma boa média, pois há uma série de questões que contribuem para isto, como a falta de investimentos do governo, por exemplo. Diferentemente de países de primeiro mundo, que investem melhor na educação, atingindo melhores resultados.

Atualmente, no Brasil, de acordo com Miotto (2013), apenas cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) é investido na educação, valor considerado insuficiente para o desenvolvimento educacional. Desde a aprovação da LDB/1996 esse percentual tem apresentado poucas alterações e, como afirma Oliveira (1998, p. 142), “nenhum país do mundo conseguiu mudar seu perfil educacional sem investir algo em torno de 10% do PIB em educação”. Então, como a educação em nosso país pode alcançar melhorias sem investimentos adequados? O que se observa é que, mesmo com a democratização do ensino nas últimas décadas, ainda há grandes desigualdades com relação ao acesso das classes sociais e à qualidade.

Com o objetivo de obter informações sobre a qualidade e o desenvolvimento da educação, avaliando o nível de aprendizagem dos alunos, foi criado, em 2007, pelo MEC, no Governo Luís Inácio Lula da Silva, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse índice foi criado a partir de estudos elaborados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e é calculado a partir de pontuação em exames padronizados, como a Prova Brasil, e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar).

De acordo com Saviani (2007), à luz da constatação do IDEB, foram estabelecidas metas progressivas de melhoria desse índice, prevendo-se atingir, em 2022, a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo. Em 2005, o índice médio alcançado no Brasil foi de 3,8.

Cabe questionar se esse índice realmente representa a qualidade da educação do nosso país. Gatti (2007, p. 3) afirma que:

a qualidade da educação passa por questões como a existência de uma filosofia educacional e, pela consciência do papel social da educação – não só seu papel instrumental, de utilidade, por exemplo, para o trabalho, mas seu papel para a civilização humana, para a constituição de valores de vida e convivência, seu papel no desenvolvimento de sensibilidades ao outro, ao meio ambiente, às expressões humanas de cultura.

Podemos, então, afirmar que a qualidade da educação não se reduz a resultados instrumentais, mas inclui também a formação do sujeito como ser social, e a formação de valores. Dessa forma, enfatizamos a importância da avaliação formativa, que considera a formação social do indivíduo e não apenas os testes técnicos utilizados como instrumentos de medida.

1.3 Avaliação e promoção automática

Alguns programas de educação buscam atuar e avaliar de maneira que o aluno possa ser promovido e diminuam problemas referentes à distorção idade/série. No Brasil, existem programas que adotam a promoção automática do aluno como sendo uma medida importante para a correção do fluxo escolar. Os dados de aprovação são utilizados também no cálculo do IDEB, como já falado anteriormente, assim como as médias de desempenho nas avaliações nacionais. Convém questionarmos se esses dados têm sido realmente válidos, tendo em vista que, com a promoção automática, o aluno será aprovado mesmo não atingindo os objetivos da série, dependendo da fase do ciclo em que está matriculado. Será então que o IDEB realmente revela a qualidade da educação brasileira ou desvirtua a compreensão da sua real situação?

O índice de reprovação das escolas é importante para o cálculo do IDEB. As escolas que adotam sistemas de ciclos, por exemplo, medidas básicas que visam ajudar o aluno, como a promoção automática, contribuem para diminuir a evasão. Por outro lado, elevam o índice do IDEB, desconsiderando a qualidade e o nível de desempenho dos estudantes. Nesse sentido, a aprovação automática funciona também como forma de escamotear e "maquiar" a real situação da educação brasileira, portanto, não avalia coerentemente.

A promoção automática tem sido alvo de muitos debates, polêmicas e questionamentos, pois a retenção é uma forma de desmotivar o aluno. Como afirma

Leite (2003), “a reprovação ou censura é um dos piores métodos de motivação”. Porém, será que a solução mais louvável para se obter uma qualidade melhor de ensino, não seria uma adequação do currículo escolar ao desenvolvimento do educando, para que a aprendizagem ocorra de forma mais significativa? Aprovar o aluno automaticamente, sem a garantia do desenvolvimento das capacidades básicas de aprendizagem, não resolve os graves problemas que afetam a educação. De qualquer maneira, para se trabalhar com a promoção automática, é preciso que os professores e diretores saibam executar esse programa. Como destaca Leite (2003, p. 195), "o programa da promoção automática estará destinado a completo fracasso se os seus executores (professores, diretores, inspetores) não estiverem convencidos de sua necessidade, assim como suas limitações".

A implantação do programa, sem que existam as condições necessárias para o seu funcionamento de nada adianta, gera grandes polêmicas e problemas, tais como a ascensão dos estudantes às séries seguintes sem o desenvolvimento das capacidades básicas, adequadas a cada etapa do processo. Os professores acabam promovendo os alunos, mesmo quando estes não têm desenvolvido as habilidades necessárias que se deve adquirir na série que frequenta, mas ficam preocupados em retê-los quando julgam que isso pode prejudicá-los, trazendo como consequência a desmotivação para continuar estudando e, por conseguinte, a evasão escolar.

A aprendizagem é um direito do aluno. Portanto, promovê-lo sem o desenvolvimento das devidas capacidades acaba tirando-lhe esse direito, pois, como afirma Demo (1998, p. 159), “a promoção tornando-se automática, escamoteia a falta de aprendizagem, levando a escola pública de modo ainda mais rápido e fatal a ser reconhecida como ‘coisa pobre para o pobre”. Ela se torna uma forma de maquiagem a real situação da educação, não se caracterizando como uma medida cabível para sanar problemas relacionados à aprendizagem dos alunos, pois se este tem o direito de aprender, o Estado tem a obrigação de garantir tal direito. No entanto, o que acontece em nosso país é que nem todos têm a mesma educação e, mesmo os que têm acesso à escola, não recebem a devida contribuição para o seu desenvolvimento. Enquanto uns têm acesso a bons livros, a uma boa escola, a uma vida digna, outros precisam trabalhar para sobreviver ou quando conseguem ingressar em uma escola, o ensino não é de qualidade, os investimentos não são adequados, as condições sociais não são propícias. Além disso, muitas vezes, o

próprio professor não está preparado para proporcionar esse ensino. A visão que se tem sobre os educadores, muitas vezes, é de que qualquer formação serve e por consequência qualquer salário também. Enfim, o ensino é praticado de forma indevida, sem dar condições para a aprendizagem adequada.

De acordo com Demo (1998, p. 165), “não se aprende apenas escutando aula, tomando nota do que o professor diz e fazendo prova, mas pesquisando e elaborando com mão própria”, ou seja, construindo o seu próprio conhecimento. Neste caso, o professor tem o papel de mediador. Ainda conforme o autor é essencial que haja preparação e capacitação permanente do professor. O autor coloca também a promoção automática como uma má interpretação da LDB/1996, é como se a escola, ao tentar levar o aluno para frente, sem deixá-lo repetir a série, esquecesse da sua função principal e se preocupasse mais com a aprovação em qualquer circunstância

Demo (1998) afirma que os dados do SAEB indicam que o aluno repetente tende a aprender cada vez menos e que atrás da repetência vem a evasão, ou abandono precoce da escola, uma praga nacional. Mas afirma também que: “todavia, uma coisa é perceber que o aluno deve aprender sem repetir, outra é camuflar a aprendizagem para que possa avançar sem aprender” (DEMO, 1998, p.174).

É nesse contexto da promoção automática que questionamos se os valores do IDEB representam uma realidade concreta ou se é tudo uma camuflagem. Olhando por esse ponto de vista, a situação da educação ainda se encontra pior do que os dados nos mostram.

1.4 Avaliação e inclusão/exclusão

No que tange a questão do fracasso escolar, Santos (2002) afirma que essa remete para vários desafios enfrentados pela educação, como um objeto a ser discutido e para o qual se procuram soluções. Pode-se afirmar que a melhoria do trabalho docente poderia ser uma resposta para esse problema, mas vale salientar também que existem alunos que não conseguem acompanhar o ensino, dominar os conteúdos, que, supõe-se, deveriam adquirir. Segundo Santos (2002), “é preciso

entender as relações que as pessoas estabelecem com o saber em que sujeitos singulares interagem em um universo simbólico, que constroem e que os constrói”.

Nesse sentido, o fracasso escolar pode estar relacionado não só às políticas educacionais, mas à própria maneira de se desenvolver do aluno e ao seu meio social. Como a própria autora destaca, “as estatísticas associam fracasso escolar com tipos de família, com renda, com acesso a bens culturais” (p. 357). Pois, aqueles que vivem em famílias pobres, que não tiveram acesso a uma boa educação, não têm contato com os mesmos bens culturais que pessoas de classe rica. Tendem a não terem o mesmo desenvolvimento e as mesmas oportunidades ao longo da vida, já que o meio tem sua influência e contribuição. É considerando a influência do meio que Santos (2002) afirma que o SAEB revela muito pouco sobre o desempenho dos alunos, pois não leva em conta o meio social em que o aluno está inserido, o que influencia também no seu desempenho.

O trabalho pedagógico dos docentes e a participação e desenvolvimento dos alunos não se resumem às disciplinas avaliadas no SAEB, que são Língua Portuguesa e Matemática. Sabemos que nas escolas existem currículos a serem seguidos e que as disciplinas trabalhadas em sala de aula vão além dessas disciplinas que fazem parte dos Sistemas de Avaliação, pois se trabalha também conteúdos na área de Ciências, Geografia, Artes, Educação Física e Temas Transversais, por exemplo.

É necessário pensarmos também na existência de políticas ineficientes e equivocadas, voltadas à formação dos professores e aos problemas que estes têm enfrentado no meio educacional, pois essas políticas não têm surtido o efeito esperado. Segundo Santos (2002), resultados de avaliações como as do SAEB, muitas vezes, são muito baixos, considerando que, em muitas escolas, os docentes gastam bastante tempo em trabalhos sociais e não só na sistematização de conhecimentos dos conteúdos avaliados pelo SAEB. Esses trabalhos consistem em dar atendimento e orientação a alunos que vivem envolvidos com drogas e ambientes de pobreza. A partir desses aspectos é que, nessas comunidades, se tornam necessários os trabalhos assistenciais, procurando contornar problemas e intervir em situações inquietantes que dizem respeito a questões sociais e éticas. É importante ressaltar que a educação sozinha não tem como assumir a solução dos problemas sociais. Muitas vezes, não há condições de trabalho nem oportunidades

para que os docentes possam assumir, realmente, sua função como dispõe as políticas públicas no campo educacional.

Cabe discutirmos como tem sido avaliada a qualidade da educação, geralmente, realizada através de provas que medem o desempenho dos alunos sem considerar sua formação. Ressaltamos que a educação não tem somente um papel instrumental, mas também social, posto que contribui para a formação de valores. Segundo Gatti (2007), a educação passa por elementos formativos que vão além da aquisição de conhecimentos, embora não dispensem de modo algum, a sua obtenção. Portanto, a educação deve ser pensada, também, a partir do objetivo de formar valores no aluno.

2 AVALIAÇÃO E PROCESSOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO: O CASO DE UMA ESCOLA DE ITAMBÉ/PE

2.1 O campo empírico e o percurso da pesquisa

A escola na qual foi realizada a pesquisa está localizada no município de Itambé-PE e atende a clientela do Ensino Infantil e Fundamental e também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA - Fundamental). Funciona nos turnos diurno e noturno, com um total de 34 pessoas fazendo parte do quadro de professores, tendo 3 monitoras no ensino infantil e sete supervisores na escola. A maioria desses profissionais possui graduação e pós-graduação, outros, só o magistério e alguns ainda estão cursando o ensino superior.

No horário da manhã funcionam três turmas do Ensino Infantil, seis turmas do Ensino Fundamental I e uma do Se Liga, que faz parte do programa de alfabetização e correção de fluxo do Instituto Airton Senna. No horário da tarde funcionam duas turmas do Ensino Infantil (integradas)¹, cinco do ensino fundamental e duas do Se Liga (Instituto Airton Senna). No horário da noite funcionam as turmas de Educação de Jovens e Adultos - Fundamental I e II. A escola ainda possui um Anexo, onde funciona o Ensino Fundamental II: no horário da manhã duas turmas do 6º ano, duas do 7º, duas do 8º e uma do 9º; no horário da tarde funcionam duas turmas do 6º ano, uma do 7º, duas do 8º e uma do 9º ano.

A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso, objetivando colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado. De acordo com Gonsalves (2005), o estudo de caso é o tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise de um fenômeno. Dessa forma, uma escola pode servir como estudo para discussão de um determinado tema.

Durante a pesquisa, foram aplicados questionários a três professoras do 5º ano acerca do que elas pensam sobre a avaliação de ensino e aprendizagem e a

¹ Essas duas turmas do Ensino Infantil funcionam juntas numa sala, com as mesmas professoras.

avaliação de desempenho educacional, relacionando sua prática de avaliação com as teorias estudadas.

2.2 Importância e concepções de avaliação para as professoras

Alguns teóricos defendem a avaliação contínua como a mais justa para ser adotada pelas unidades escolares, pois deve acontecer durante o processo de aprendizagem dos alunos e não após ele. Como afirma Piaget (*apud* HOFFMANN, 2008. p,19), “a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo [...] para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento”. Percebemos que na escola pesquisada esta tem sido uma preocupação constante, como é possível constatar no Quadro 1, no qual analisamos o que pensam as professoras acerca da importância e da concepção de avaliação.

Quadro 1 - Importância e concepção de avaliação

PROFESSORAS	IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO	CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO
Professora 1	Incentivar o alunado a se dedicar e melhorar no desempenho escolar.	A avaliação é feita no dia a dia, através da leitura e da escrita com produção de textos. Preparo também atividades para serem respondidas apenas marcando alternativas, pois adaptando os alunos a responderem no cartão resposta. Sendo assim, eles não terão dificuldades nas provinhas do SAEPE.(Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco) Fazemos o simulado a cada bimestre.
Professora 2	É um processo de ensino e aprendizagem, para preparação do aluno para vestibulares.	Avaliação contínua, pois ao avaliar o processo de aprendizagem, pode-se diagnosticar aspectos que precisam ser melhorados.
Professora 3	Observar se o aluno está compreendendo o conteúdo que está sendo passado de modo que haja uma melhoria no planejamento com	A avaliação é contínua, ou seja, o processo de aprendizagem do aluno é feito dia após dia gradativamente.

	relação à metodologia adotada.	
--	--------------------------------	--

Fonte: A autora, a partir de informações coletadas através de questionários.

Quanto à concepção de avaliação, as professoras responderam que a escola adota a avaliação contínua fazendo parte da sua prática, observando os avanços e dificuldades dos alunos, acompanhando seu desenvolvimento diariamente. De acordo com Loch (2003), a avaliação contínua acontece durante o processo de aprendizagem, como num processo permanente de ação-reflexão-ação. Assim, o aluno é avaliado continuamente com a finalidade de proporcionar avanço conceitual, progressão, inclusão e reinclusão no sentido do autoconhecimento e autopromoção do sujeito. Dessa forma, o objetivo da avaliação é incluir o aluno, é promover através de uma mediação do professor. Nessa mesma perspectiva, Hoffmann (2008) discute que a avaliação deve ser mediadora, contínua, ajudando a promover o aluno, pois a avaliação através de notas é arbitrária e utiliza instrumentos classificatórios como provas, por exemplo.

Apesar da preocupação com a continuidade da avaliação, há também uma ênfase na terminalidade e nas avaliações externas como SAEB e vestibular. Podemos dizer que a avaliação pode ser considerada relevante por diferentes motivos, inclusive para se rever as metodologias adotadas, como afirma a professora 3. Nessa perspectiva, Kenski (2004, p.139) afirma que:

A avaliação se transforma, assim, em dinâmica que orienta a prática. Como processo de investigação permanente, todas as atividades devem ser discutidas, planejadas, executadas e servir de impulso para novas realizações. O processo avaliativo percorre como fio condutor e propulsor cada um desses momentos de interação professor-alunos e conteúdos a serem trabalhados pedagogicamente.

Desse modo, a avaliação serve para orientar a prática, investigando o que precisa ser melhorado ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Serve como um guia para o planejamento do trabalho a ser realizado.

2.3 Como a avaliação se processa na escola

A avaliação contínua ganha espaço no meio educacional, rompendo com os modelos tradicionais de avaliação, buscando avanços e melhorias e objetivando incluir o aluno. Porém, será que esse tipo de avaliação não gera certo tipo de exclusão? Isto depende dos procedimentos adotados no processo. Para compreender como isto ocorre, indagamos às professoras como a avaliação se processa e se elas concordam com o tipo de avaliação adotada. As respostas estão apresentadas no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Como se processa a avaliação na escola

PROFESSORAS	APROVAÇÃO/VISÃO DAS PROFESSORAS QUANTO À AVALIAÇÃO	PREPARAÇÃO VOLTADA PARA A PROVA BRASIL
PROFESSORA 1	Sim, porque tenho obtido bons resultados;	Trabalhamos com bastante textos, de diversos gêneros. Sempre respondendo as questões por meio de simulados;
PROFESSORA 2	Não, porque muitos passam para o ano seguinte sem serem alfabetizados;	Simulados;
PROFESSORA 3	Não, porque os alunos não tem aquele desempenho dos alunos de antigamente.	Recebem aulas que ajudam um pouco.

Fonte: A autora, a partir de informações coletadas através de questionários.

Duas das professoras não concordam com o tipo da avaliação adotada pela escola, talvez não exatamente com o tipo, mas como ela está sendo processada, pois, muitas vezes, a avaliação tem suas repercussões que podem ser contribuições, mas também aspectos negativos, como veremos mais adiante no capítulo 3.

A LDB/96 institui o sistema de ciclos na organização curricular, trazendo a progressão continuada que, muitas vezes, aprova os alunos sem desenvolverem habilidades de leitura e escrita, como afirma uma das professoras. Junto a essa prática está a prática de avaliação adotada pela escola.

Quanto à preparação na escola para a realização da Prova Brasil, os alunos recebem aulas com testes e simulados que ajudam a conhecer previamente como

será esse tipo de prova. Essa prática mostra que a escola necessita complementar um método de avaliação com outro.

2.4 Reação dos alunos diante das avaliações

A avaliação ainda deixa todos, professores e alunos, apreensivos, pois é algo desafiante e tenso para ambas as partes. Dessa forma, os alunos tendem a reagir com expectativas ou ansiedade, como está disposto no quadro a seguir.

Quadro 3 - Como os alunos reagem às avaliações, segundo as professoras

PROFESSORAS	REAÇÃO À AVALIAÇÃO CONTÍNUA	REAÇÃO À PROVA BRASIL
PROFESSORA 1	Eles reagem bem, pois desde o início do ano letivo foram estimulados.	Eles ficam um pouco ansiosos, pois são muitas questões para ler e compreender.
PROFESSORA 2	Eles estão acostumados, pois desde o início que as atividades são de acordo com essas avaliações.	Eles ficam ansiosos.
PROFESSORA 3	A maioria reage com expectativas.	Reagem com ansiedade.

Fonte: A autora, a partir de informações coletadas através de questionários.

Podemos constatar, a partir das respostas do quadro 3, que os alunos reagem bem diante das avaliações de ensino e aprendizagem. Sabemos que a avaliação adotada pela escola, a avaliação contínua, não amedronta tanto como a avaliação classificatória, embora alguns alunos ainda sintam a necessidade da atribuição de notas, como veremos no próximo capítulo. Isso não quer dizer que avaliar o aluno através de instrumentos quantitativos seja a maneira mais viável, mas que a prática de avaliar é realmente desafiante e contraditória. De acordo com Esteban (2003), a seleção, classificação e hierarquia de saberes e de pessoas geram práticas que dificultam a expressão dos múltiplos saberes, negando a diversidade e contribuindo para o silenciamento dos alunos e alunas. Entretanto, o próprio Sistema Nacional de Avaliação do país acaba se utilizando de instrumentos classificatórios, através de provas que hierarquizam os/as alunos/as. Esteban (2003) discute ainda que parece estarmos retornando ao padrão rígido, definido pela avaliação quantitativa, através de propostas vindas do MEC - SAEB.

De acordo com o questionário, os alunos ficam ansiosos diante dessas avaliações que, visando verificar a qualidade da educação, acabam ocorrendo através de métodos quantitativos, que estão ligados a métodos tradicionais. De todo modo, as avaliações do SAEB não deixam de ser contínuas por ocorrer anualmente, no caso da ANA, ou bianualmente, como ANEB e ANRESC/Prova Brasil.

3 CONTRIBUIÇÕES E ASPECTOS NEGATIVOS DAS AVALIAÇÕES

Tanto na avaliação contínua (praticada na escola) como na avaliação através da Prova Brasil, podemos identificar contribuições para o desenvolvimento do aluno e aspectos negativos, afinal nenhuma teoria ou programa é de todo perfeito. As professoras que participaram da pesquisa responderam a seguinte pergunta: Quais as contribuições e aspectos negativos decorrentes das duas modalidades de avaliação? Nas respostas apresentadas nos Quadros 4 e 5, é possível perceber traços bem distintos entre elas.

Quadro 4 – Contribuição das avaliações

PROFESSORA	CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO DA ESCOLA	CONTRIBUIÇÃO DA PROVA BRASIL
PROFESSORA 1	A avaliação no dia-a-dia contribui para acompanharmos o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos através da leitura e escrita, observamos em que aspectos os alunos vão melhorando através do acompanhamento diário.	Prepara o aluno para vestibulares e concursos públicos futuramente;
PROFESSORA 2	É importante porque às vezes as notas das provas não querem dizer aprendizagem, depende muito do momento do aluno	Prepara o aluno para provas de concursos e vestibulares;
PROFESSORA 3	A avaliação contínua é importante, pois considera o desenvolvimento do aluno no dia-a-dia, sem julgá-lo em apenas um momento, mas observando a aprendizagem e a evolução do aluno a cada dia.	Contribui para que o aluno teste sua capacidade de raciocínio.

Fonte: A autora, a partir de informações coletadas através de questionários.

Segundo as professoras que responderam ao questionário, a concepção de avaliação adotada pela escola, a avaliação contínua, tem suas contribuições, mas também alguns aspectos negativos podem ser destacados. A concepção de avaliação contínua tem sido discutida visando romper com o modelo tradicional, no qual prevalece a classificação. Sobre esta concepção Romão (1998, p. 62) afirma que a mesma:

Vê a avaliação como um processo contínuo e paralelo ao processo de ensino-aprendizagem. Por isso, ela é permanente, permitindo-se a periodicidade apenas no registro das dificuldades e avanços do educando relativamente às suas próprias situações progressas.

Nesta concepção, pretende-se verificar as dificuldades e orientar sobre os procedimentos necessários para que os alunos possam superá-las e avançar nas etapas, registrando-se então tais dificuldades e avanços. A avaliação pode ser tida como uma contribuição para orientar o próprio trabalho pedagógico, fazendo um acompanhamento diário para perceber que aspectos precisam ser melhorados. Porém, muitas vezes, os próprios alunos sentem a falta de registrarem-se as notas, ou atividades que avaliem quantitativamente, talvez por já estarem acostumados com uma avaliação tradicional.

Com relação à Prova Brasil, as professoras afirmam que essas preparam alunos para concursos e vestibulares. Percebemos, a partir dessa afirmação, que a avaliação com provas e testes estão presentes no âmbito educacional até hoje, pois tem sido fundamental em processos de seleção e avaliação de desempenho para elaboração das estatísticas oficiais da educação.

Quanto aos aspectos negativos das duas formas de avaliação, vejamos o quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Aspectos negativos das avaliações

PROFESSORA	ASPECTO NEGATIVO DA AVALIAÇÃO DA ESCOLA	ASPECTO NEGATIVO DA PROVA BRASIL
PROFESSORA 1	Como não se avalia com provas, os alunos cobram as notas das atividades.	Deveria ser elaborada por região, pois cada região tem uma realidade diferente.
PROFESSORA 2	Esse tipo de avaliação não contribui muito, pois ao se trabalhar com conceitos e sem prova, há uma preocupação apenas com quantidade e como os alunos não tem prova não querem estudar porque já sabem que vão ser aprovados.	São textos grandes e deveriam elaborar a prova de acordo com cada região e diminuir a quantidade de questões, pois se torna cansativo.
PROFESSORA 3	Um aspecto negativo da avaliação adotada pela escola é o fato de os alunos se descuidam das atividades por não exigirem notas nas avaliações.	A Prova Brasil deveria testar outros conhecimentos além de português e matemática. Os alunos precisam conhecer outras matérias.

Fonte: A autora, a partir de informações coletadas através de questionários.

De acordo com a professora 1, os alunos cobram as notas das atividades por não serem avaliados com provas. A professora 2 afirma que ao trabalhar sem aplicação de provas, há uma preocupação apenas com quantidade de alunos aprovados, pois, segundo ela, os alunos não querem estudar por saberem que não podem ser reprovados através da progressão continuada, realizando apenas atividades de acompanhamento diário. Infere-se que a avaliação entendida como qualitativa voltada à formação dos alunos, também apresenta uma dimensão quantitativa que se reflete nas estatísticas do IDEB. Portanto, as dimensões qualitativas e quantitativas não são totalmente opostas ou separáveis. Também não seria sensato afirmar que a avaliação contínua contribui mais eficazmente para a formação, pois, como afirma a professora 3, os alunos se descuidam das atividades por não se exigirem notas nas avaliações.

Nesses relatos, encontramos uma discussão de pontos divergentes sobre a avaliação, sobre os quais cabe-nos indagar: Será que avaliar todo o tempo sem aplicação de provas resulta em melhores resultados? Quais as repercussões da reprovação? Segundo as professoras que responderam ao questionário, avaliar e não reprovar tem repercussões também negativas, pois além de despertar certo desinteresse nos alunos repercute em outro problema que se agrava à medida que os educandos são aprovados sem ao menos serem alfabetizados.

Para corrigir tais efeitos negativos, o MEC tem desenvolvido vários programas, dentre eles, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Se Liga, oferecido em parceria com o Instituto Airton Senna, inclusive adotados na escola onde foi realizada a pesquisa. PNAIC é um programa em que os governos federal, estaduais e municipais, assumem um compromisso formal de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Se Liga, é um programa de alfabetização e correção de fluxo, ou seja, está voltado à alfabetização de alunos com distorção idade-série, portanto, participam os alunos que não sabem ler e escrever para depois prosseguirem na série regular.

É importante lembrar que não é a avaliação em si que gera esses problemas, mas as oportunidades reais de ensino e aprendizagem que são muito desiguais ou não existem. Faz-se necessário um investimento maior em educação, oportunizando aos alunos aprendizagem e educação de qualidade. Embora se busque resolver

alguns aspectos negativos, presentes na educação através de programas de correção de fluxo, sabemos que, mesmo que existam contribuições vale salientar que esse é um processo decorrente de um sistema de educação falho. Não se investe adequadamente na base e, como consequência, os alunos saem com deficiências de aprendizagem, desde muito cedo. Contudo, como Hoffmann (2005, p.61) afirma “as crianças não aprendem mais ou melhor quando repetem o ano letivo – pelo contrário, as consequências são desastrosas em termos de sua continuidade nos estudos e de sua auto-estima”.

Segundo a autora, repetir o ano só piora a situação do aluno, isso ajuda a desmotivá-lo, acarretando em evasão escolar. Para alguns autores, são válidos esses argumentos, porém há quem conteste ou pelo menos veja esse assunto por óticas diferentes. Demo (1998) fala sobre três "balelas", relativas à progressão continuada. A primeira “balela” é a conversa sobre auto-estima do aluno, que não poderia suportar o fracasso escolar. Conforme o autor, não se age de forma sincera com o aluno, empurrando-o para a série seguinte sem aprender, pois lhe impede de formar uma consciência crítica em torno de sua aprendizagem e ajuda a formular uma atitude indefinida, que favorece mais ainda o fracasso escolar. Demo argumenta ainda que não se deve tratar o aluno como se fosse vítima de um processo de “encucação”, reprimindo-o com métodos inapropriados e rígidos. No entanto, também não se deve montar uma farsa, com base na mentira, na denegação da informação, em diagnósticos sigilosos e em procedimentos dúbios. Isto apenas esconde a verdadeira situação de aprendizagem do aluno.

A segunda “balela” é a tese de que o aluno aprende o que pode, em seu ritmo próprio, não cabendo apressar nem pressionar. De acordo com o autor, é necessário que o professor faça uma intervenção no processo de aprendizagem do aluno, isso não quer dizer que vá pressioná-lo de forma indevida, mas contribuir para o melhor aproveitamento possível, fazendo-o avançar no processo.

A terceira “balela”, de acordo com Demo (1998) está na crença de que a progressão continuada representa um avanço teórico e prático. Segundo o autor, essa é uma forma de encobrir o problema de aprendizagem dos alunos com condições muito precárias. Esses alunos, como já discutido anteriormente, se encontram em situação de exclusão o que dificulta ainda mais a aprendizagem. A vida familiar e social interfere na vida escolar, além da escola não estar preparada para atender a esses alunos, ou seja, não oferecer um ensino de qualidade.

A aprovação automática ou progressão continuada pode ser considerada também como uma forma de exclusão, pois mantém o aluno no sistema, mas sem desenvolver suas capacidades. Esse processo de aprovar o aluno automaticamente acaba sonhando-lhe conhecimentos importantes. Podemos afirmar que tão excludente quanto ser reprovado é ser aprovado sem ocorrência de aprendizagem. Basta imaginar o que representa um jovem adolescente que não desenvolveu as habilidades de leitura, escrita e cálculo adequadas ao sexto ano, por exemplo, diante de uma turma que as tenha desenvolvido. Assim, o fracasso persiste, mas é escamoteado nas estatísticas oficiais.

Quanto à Prova Brasil, as professoras afirmam que deveria ser elaborada por região, pois cada localidade possui uma realidade diferente. Dessa forma, os alunos saem prejudicados, pois a própria região abriga classes sociais diferentes, o que influencia no tipo de conhecimentos e culturas. Isto não está somente relacionado à Prova Brasil, mas ao próprio currículo escolar.

Com relação às condições de acesso ao conhecimento, Esteban (2012, p 124) destaca a desigualdade existente nesse processo, afirmando que “[...] o projeto de escolarização atua com um dos dispositivos da colonialidade do saber, inserindo na dinâmica da sala de aula processos de desqualificação de muitos dos conhecimentos trazidos a ela pelas classes populares”. Desse modo, mesmo muitos dos indivíduos de classe social baixa tendo acesso à escola, acabam, de certa forma, sendo excluídos por não serem tratados de maneira adequada dentro do processo de escolarização, o que tem impacto também na questão do fracasso escolar, nos índices de reprovação e nas estatísticas. Essa exclusão se dá pela valorização de um modelo hegemônico de cultura, não considerando os diferentes conhecimentos que deveriam estar presentes no currículo escolar, gerando dificuldade no processo de desenvolvimento de muitos estudantes.

Outro fator que tem acometido esses alunos à desigualdade no acesso ao conhecimento é o processo de subalternização, que não está alheio à escola. De acordo com Esteban (2012, p 128), “é indispensável a desestruturação das relações que sustentam a hegemonia e a subalternidade”. Neste contexto, a escola acaba excluindo, mesmo quando se diz que há uma ampliação de vagas e maior acesso à escola nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise, chegamos à conclusão que o tema da avaliação ainda é bastante complexo, o que o torna motivo de constantes discussões e nos diz o quanto a avaliação é importante no processo de ensino e aprendizagem. Essa prática pode ocorrer de diferentes maneiras, baseadas em concepções que definem qual método se deve adotar.

Ao longo do estudo, podemos inferir que um só método ou concepção não pode contribuir sozinho para a realização do processo de avaliação educacional. Compreendemos também que a avaliação repercute nos resultados esperados pelo processo de ensino e aprendizagem de maneira positiva ou negativa. Positivamente, a avaliação é essencial para a prática pedagógica. Pois sem ela, como se saberia se esta prática tem surtido efeito no ambiente escolar e contribuído para a formação do aluno?

As teorias mais atuais defendem uma prática de avaliação que ajude a promover o aluno, baseando-se em práticas mais flexíveis, que tem sua contribuição. Através deste estudo, percebemos que, sozinha, qualquer prática não se torna mais eficaz que as outras. Percebemos, também, o quanto a avaliação se torna um desafio para o professor, que se depara com situações angustiantes, pois avaliar, muitas vezes, se torna um ato contraditório, quando métodos que visam trazer avanços para educação acabam se tornando ineficientes.

A avaliação defendida por teóricos da atualidade é uma avaliação contínua, que promove o aluno sem a utilização de testes classificatórios, que muitas vezes amedrontam. É um ato importante, pois ajuda a perceber o desenvolver da prática, revelando se esta precisa ser melhorada no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. Porém, a prática de avaliação, como podemos perceber através de instrumentos como testes, acaba sendo necessária como preparação para provas como as do SAEB, que não podem deixar de ser realizadas, pois se precisa avaliar o desempenho das escolas, não esquecendo que essas também têm aspectos a serem melhorados. Os testes ainda podem ser necessários, pois os próprios alunos, por vezes, acabam não levando a sério as atividades de acompanhamento diário, se importando com uma inspeção mais rígida.

A avaliação pode ainda incluir ou excluir, isso vai depender de como ela se processa no ambiente da escola, pois, como constatamos, a avaliação contínua, por exemplo, pretende incluir o aluno de maneira a não julgá-lo ou desmotivá-lo, porém depreende-se que existe também uma falsa inclusão quando os alunos, muitas vezes, concluem o ensino fundamental sem ao menos adquirir habilidades de leitura e escrita. De todo modo, a avaliação continua sendo de suma importância para o processo de formação do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instruções para aplicação do SAEB. Brasília: MEC, 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP. Disponível em < <http://provabrasil.inep.gov.br/ana> >. Acesso em 18/03/2014

DEMO, Pedro. Promoção automática e capitulação da escola. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro.V. 6., n. 19, p. 169-190 abr/jun. 1998.

ESTEBAN, Maria Tereza. A avaliação no cotidiano escolar. In:_____. *Avaliação uma prática em busca de novos sentidos*.5.ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

_____. Ser professora: avaliar e ser avaliada. In:_____. *Escola Currículo e Avaliação*. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

_____. Currículos e conhecimentos escolares. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães. *Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades*. Petrópolis, RJ:DP et Alii; Vitória, ES: Nupec/UFES, 2012. P. 119-140.

GATTI, Bernadete A. Avaliação e Qualidade da Educação. Disponível em <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/51> Acesso em 13-07-2013

GONSALVES, Elisa Pereira. Escolhendo o percurso metodológico. In:_____. *Iniciação à Pesquisa Científica*. Campinas - SP. Alínea. 2005, p.61-73.

HADJI, Charles. *Avaliação Desmistificada*. Tradução de Patrícia C. Campos. Porto Alegre: Artmed. 2001.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação e construção do conhecimento. In:_____. *Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. 39. ed. Porto Alegre: Mediação.2008.

_____. Sistema de avaliação é causa ou consequência do fracasso escolar? In:_____. *O jogo do contrário em avaliação*. Porto alegre. Mediação. 2005, p. 59-68.

KENSKI, Vani Moreira. Repensando a avaliação da aprendizagem. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Coord). *Repensando a didática*. 21. ed. Ver. E atual. Campinas - SP: Papyrus. 2004, p. 135-147.

LEITE, Dante Moreira. *Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno*. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 187-196, jan./dez. 2003.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN. Maria Tereza. *Avaliação uma prática em busca de novos sentidos*.5.ed. Rio de Janeiro. DP&A. 2003.

MIOTO, Ricardo. Salário varia entre menos que o piso e padrão finlandês. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Agosto/2013.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O financiamento público da educação e seus problemas. In:_____. *Política Educacional: impasses e alternativas*. 2 ed. São Paulo: Cortez. 1998.

ROMÃO, José Eustáquio. O que é avaliação. In:_____. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. São Paulo. Cortez. 1998, p. 55-67.

SANTOS, Luciola Licínio de C.P. Políticas Públicas para o Ensino Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação. *Rev. Educ. & Soc.*, Campinas, SP. vol.23,n.80,p.346-367, Setembro/2002.

SAVIANI, Dermeval. *Educ. Soc.* V.28 n. 100 Especial, p.1231-1255, Campinas out.2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Ensino e avaliação: uma relação intrínseca à organização do trabalho pedagógico. In:_____. *Didática: o ensino e suas relações*. 9 ed. Campinas – SP. Papyrus. 2005.

ZABALA, Antoni. Por que se deve avaliar? In: _____. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre. Artmed. 1998.